

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014

**Cooperação Chile-EUA em defesa e
estratégia face a desafios geopolíticos**

ESTÉ E OUTROS 13 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 178 • 15 de março de 2023

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Fragata da marinha chilena e navio anfíbio estadunidense](#)

Por: Naval Surface Warriors

Fonte: Flickr

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ -
Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante João Alberto de Araujo Lampert

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos De Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna Soares Corrêa de Souza (UniLaSalle)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
José Martins Rodrigues Junior (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Matheus Ribeiro de Paula (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)
Isabela Sússekind Rocha Torres (PUC-Rio)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Gustavo da Hora (UFRJ)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Júlia Elias Teodoro Santos Pereira (UFRJ)
Luís Filipe de Souza Porto (UFABC)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
Dominique Marques de Souza (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Guilherme Novaes Silva Pinto (UFRJ)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)



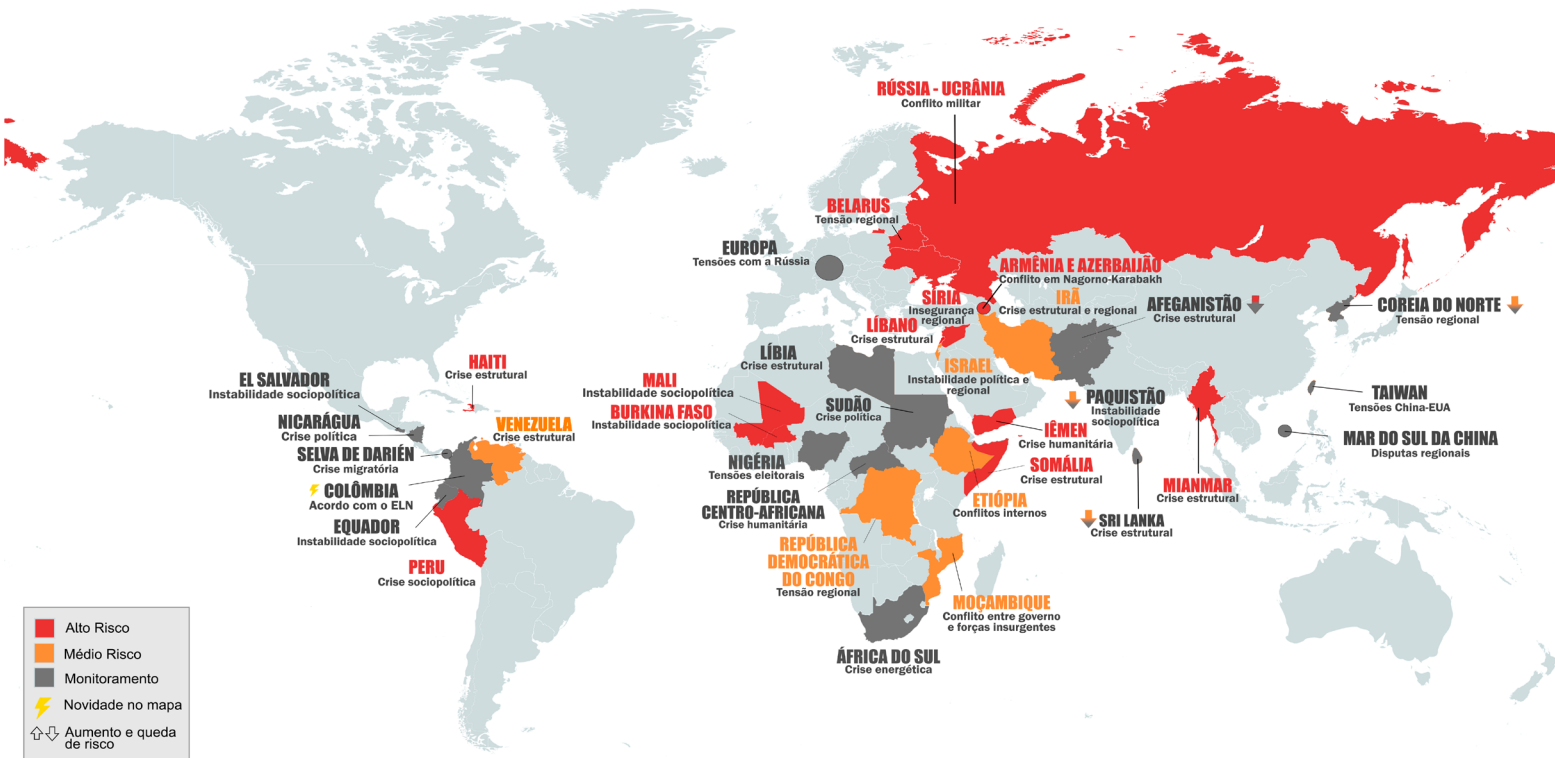
SUMÁRIO

<p>AMÉRICA DO SUL</p> <p>Intentos para a “Paz Total”: em busca do cessar-fogo na Colômbia 5</p> <p>Cooperação Chile-EUA em Defesa e Estratégia face a desafios geopolíticos 6</p> <p>AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL</p> <p>Os desafios na transição de poder no Haiti 7</p> <p>ÁFRICA SUBSAARIANA</p> <p>O futuro político e a capacidade de liderança da Nigéria para a geopolítica da África 8</p> <p>ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA</p> <p>Escalada da violência entre Israel e Palestina: um novo episódio do conflito histórico 9</p> <p>Os impactos do terremoto no revisionismo euroasiático 10</p> <p>RÚSSIA & Ex-URSS</p> <p>Tensões no Cáucaso: influências externas em meio às crises regionais 11</p> <p>A suspensão do <i>New START</i> e os desafios para o controle de armas estratégicas 12</p>	<p>LESTE ASIÁTICO</p> <p>Novos esforços militares sul-coreanos e sua potencialidade regional 13</p> <p>Visita do presidente iraniano à China 14</p> <p>SUL DA ÁSIA</p> <p><i>India Energy Week</i> e a crescente ascensão de uma "potência energética" 15</p> <p>ÁRTICO & ANTÁRTICA</p> <p>Rússia na Antártica: entre a autonomia e a dependência internacional 16</p> <p>TEMAS ESPECIAIS</p> <p>O desafio da soberania na responsabilidade de ataques cibernéticos 17</p> <p>Institucionalização e preservação do Ambiente Marinho 18</p> <p>Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa 19</p> <p>Calendário Geocorrente 19</p> <p>Referências 20</p> <p>Mapa de Riscos 21</p>
---	---

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Luísa Barbosa



Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 21.

Intentos para a “Paz Total”: em busca do cessar-fogo na Colômbia

Fernanda Calado

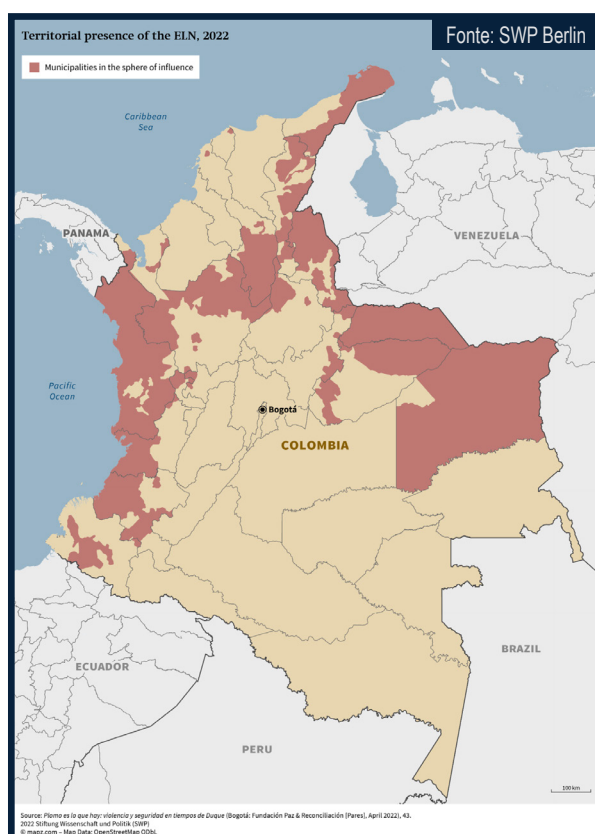
A crise securitária colombiana — em razão dos conflitos entre o Estado, grupos paramilitares e guerrilheiros — estende-se há décadas, sendo a neutralização do Exército de Libertação Nacional (ELN) o atual foco da administração de Gustavo Petro. Desde sua posse, em agosto de 2022, o Presidente busca cumprir suas pautas eleitorais e, para tanto, lançou o projeto “Paz Total” a fim da desmobilização do ELN ([Boletins 169](#) e [173](#)). Assim, questiona-se: a busca pelo êxito da “Paz Total” pode afetar a estabilidade do governo Petro?

Em 1º de janeiro de 2023, Petro anunciou um cessar-fogo entre o governo e grupos armados colombianos com validade até junho do mesmo ano, porém, o ELN alegou não reconhecer a bilateralidade da negociação, afirmando a inexistência desse acordo. Ainda, o grupo acrescentou que o cessar-fogo foi estabelecido apenas para as festas de fim de ano e, não coincidentemente, esse foi suspenso pelo governo colombiano em 04 de janeiro de 2023.

Apesar da negativa inicial, o ELN prontificou-se a discutir uma proposta bilateral de interrupção das hostilidades em 2023. A primeira rodada de negociações foi concluída em 2022 em Caracas, no entanto, para a suspensão dos conflitos, o grupo guerrilheiro afirmou a necessidade do cumprimento da segunda rodada de

negociações, iniciada em 13 de fevereiro e ainda em andamento. No final de fevereiro, o governo colombiano e o ELN anunciaram quatro pontos acordados: caracterização do ELN como organização política armada rebelde; criação de ponto de contato e comunicação; análise das violações de direitos humanos e humanização da política carcerária. Acredita-se que as negociações de cessar-fogo impactam a estabilidade do governo Petro por serem uma das bases de sua política interna sobre segurança envolvendo grupos paramilitares e guerrilheiros locais.

O Brasil deve atentar-se à Colômbia. Geopoliticamente, os países compartilham uma extensa fronteira, densa e porosa; a insegurança interna colombiana pode transbordar regionalmente, arriscando a estabilidade sul-americana. Em caráter econômico, o comércio bilateral registrou, até outubro de 2022, US\$ 4,179 bilhões em exportações brasileiras e, US\$ 2,072 bilhões em importações. Ao todo, a corrente de comércio entre as duas nações atingiu o valor de US\$ 6,250 bilhões. O projeto “Paz Total” caminha ao encontro da estabilidade interna e regional, pois os guerrilheiros são um risco à segurança da América do Sul. O Brasil, como ator interessado na segurança de suas fronteiras, participa como “país garante” na Mesa de Diálogos de Paz entre o Governo da Colômbia e o ELN.



DOI 10.21544/2446-7014.n178.p05.

Cooperação Chile-EUA em Defesa e Estratégia face a desafios geopolíticos

Pedro Kilson

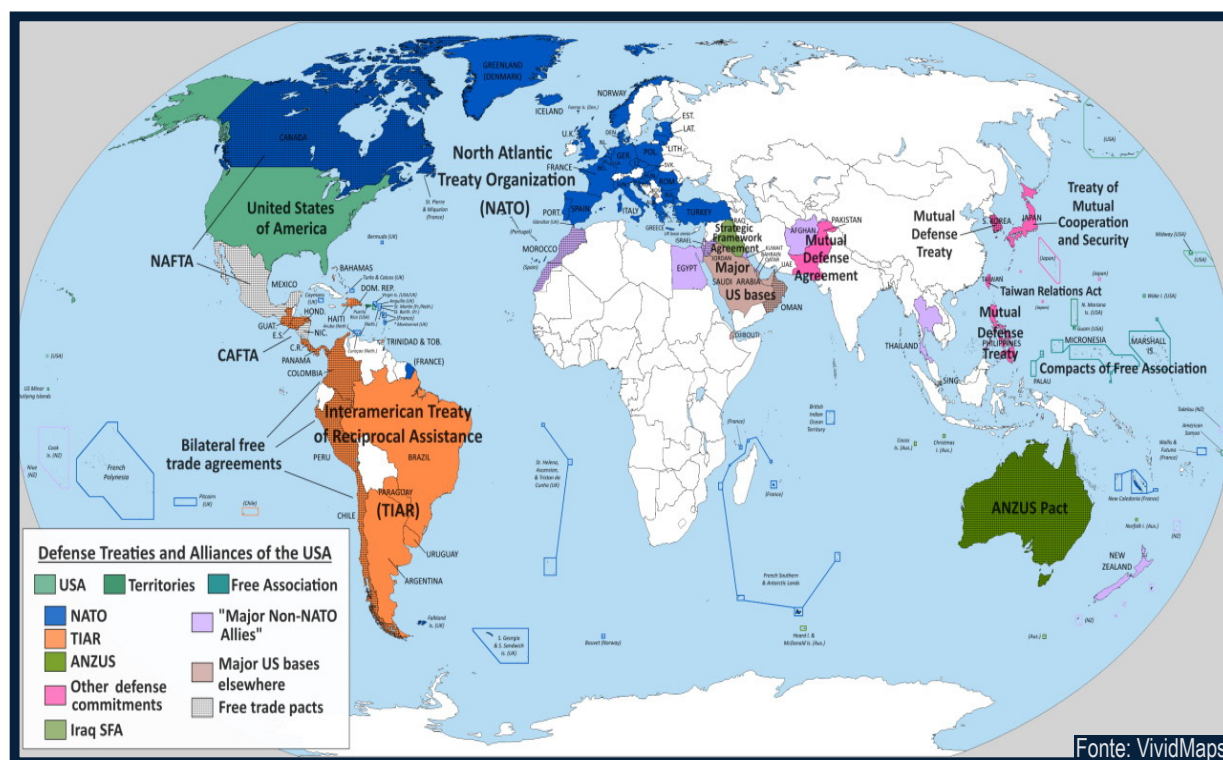
O Senado chileno ratificou, em 25 de janeiro de 2023, um acordo com os Estados Unidos (EUA) direcionado à cooperação em pesquisa, desenvolvimento técnico-científico e avaliação de projetos em matéria de Defesa (RDT&E). O convênio é produto de negociações desde 2016, no contexto da XII Conferência de Ministros de Defesa das Américas, em Trinidad e Tobago. Os diálogos se concretizam em um cenário internacional marcado por uma confluência de crises na América do Sul, abarcando fragilidades econômicas, ondas de emigração e o crescimento do crime organizado no Chile. Nesse cenário, questionam-se as variáveis geopolíticas que tal acordo deve considerar em sua implementação.

A comunicação institucional entre as Forças Armadas e os Ministérios da Defesa objetiva aprofundar os canais de política externa em âmbito militar. Propõe-se construir um marco referencial para a implantação de projetos de ciência e tecnologia vinculados à indústria de Defesa, elevando o patamar de cooperação. Destacam-se intercâmbios de informação e de capital humano, como engenheiros e cientistas, co-financiamento de projetos de cooperação bilateral de interesse mútuo, fomento à inovação por meio de pesquisas conjuntas, acesso a tecnologias de enfrentamento da crise climática, bem como uma construção coletiva da capacidade militar. O estreitamento de laços entre as Marinhas estadunidense e chilena, materializado pela visita oficial de uma delegação do *United States*

Marine Corps (USMC) ao *Cuerpo de Infantería de Marina* (CIM), entre os dias 06 e 09 de março de 2023, corrobora os esforços políticos para a cooperação inter-regional.

Entretanto, a iniciativa encontra desafios estruturais, como a porosidade das fronteiras entre Bolívia, Chile e Peru, no deserto do Atacama, confirmando a ausência de coordenação político-institucional entre os países da região. Nesse contexto, ressaltam-se situações de instabilidade que afetam o quadro de segurança regional, dada a complexidade da inter-relação entre crises econômicas, institucionais, migratórias, sociais e climáticas. A atuação de organizações criminosas, como a venezuelana *Tren de Aragua*, vinculada ao tráfico de refugiados em corredores internacionais de migração irregular, se impõe como uma variável desestabilizadora na América do Sul.

Destaca-se, assim, o caráter regional dos gargalos em segurança verificados na fronteira norte chilena, considerando esse espaço como um reflexo direto da instabilidade no continente. Conclusivamente, o êxito do acordo bilateral dependerá de políticas coordenadas de enfrentamento de uma crise de caráter internacional, que sejam capazes de contemplar a necessidade de comunicação institucional e administrativa entre as autoridades e considerem canais multilaterais de negociação.



Os desafios na transição de poder no Haiti

Victor Cabral

A crise estrutural haitiana é acentuada pela escalada de violência dos grupos armados que buscam controle territorial, inclusive na capital, Porto Príncipe. Em fevereiro de 2023, na 44ª Reunião da Comunidade do Caribe, Ariel Henry — Presidente interino do Haiti desde o magnicídio de Jovenel Moïse, em julho de 2021 — afirmou que até 7 de fevereiro de 2024 um novo governo estará eleito, empossado e capacitado para solucionar a crise. Assim, a poucos meses do prazo, há condições de cumprimento da promessa?

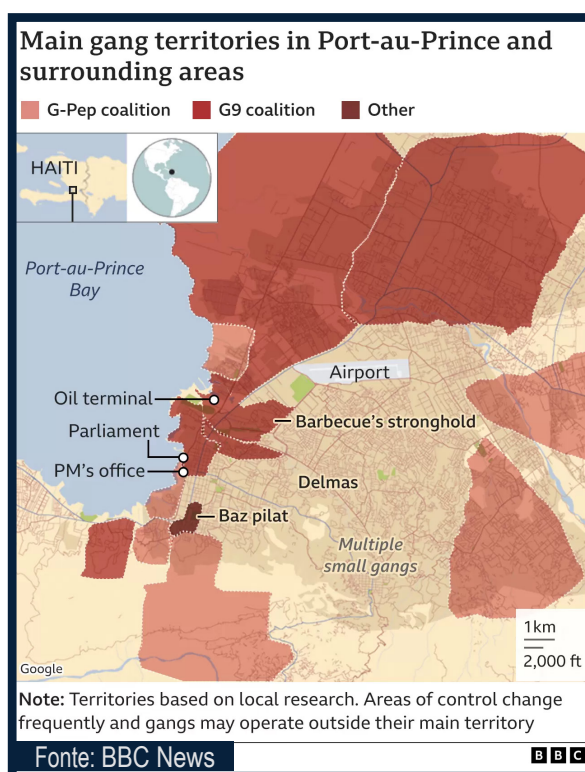
A Organização das Nações Unidas (ONU) indica que, em 2022, os homicídios no país aumentaram 35% e os casos de violência sexual 45% comparados a 2021, somando-se à duplicação dos sequestros nesse período. Com menos de 10 mil policiais para 11 milhões de haitianos, é factível a subnotificação e descontrole da criminalidade. Henry acusa as gangues armadas de impedirem a chegada de ajuda humanitária em determinadas áreas e as responsabiliza pela nova epidemia de cólera no país. Administradores hospitalares e os *Médicos Sem Fronteiras* suspenderam atendimentos pela escalada da violência em áreas sensíveis, algo incomum para um Estado sem guerra civil declarada.

Devido à violência, o Canadá ofereceu apoio naval e aéreo às forças de segurança haitianas, enquanto os Estados Unidos ajudam na investigação do magnicídio de Moïse ([Boletim 143](#)). António Guterres, Secretário-

Geral da ONU, e Volker Türk, Alto-Comissário da ONU para Direitos Humanos, defendem publicamente uma ação armada internacional no Haiti, algo a que Henry mostra-se favorável. Todavia, a população protesta contra novas intervenções estrangeiras.

Em janeiro de 2023, o Presidente interino haitiano criou o Alto Conselho de Transição, composto por três membros representantes dos setores político, empresarial e civil/religioso, para: organizar eleições gerais e empossar um novo governo até 7 de fevereiro de 2024; reorganizar o combalido Judiciário para reduzir a violência pela aplicação da lei; além de implementar reformas econômicas. A oposição havia criado um grupo semelhante que não obteve êxito, enquanto o trio possui tarefas difíceis de serem concretizadas, especialmente por carecer de apoio do governo que o formou.

Apesar das promessas, Henry é criticado pela inércia para convocar eleições gerais. Com a criação do Conselho responsável pela improvável eleição ainda em 2023, o mandatário terceiriza os ônus da instabilidade política e a violência decorrente dela. Ao suscitar uma intervenção armada estrangeira com apoio da ONU, há chances de sua autocracia ser reforçada em nome da estabilidade política interna. Afinal, a pacificação pode tornar-se prioridade em relação à transição democrática de poder.



DOI 10.21544/2446-7014.n178.p07.

O futuro político e a capacidade de liderança da Nigéria para a geopolítica da África

João Victor Marques Cardoso

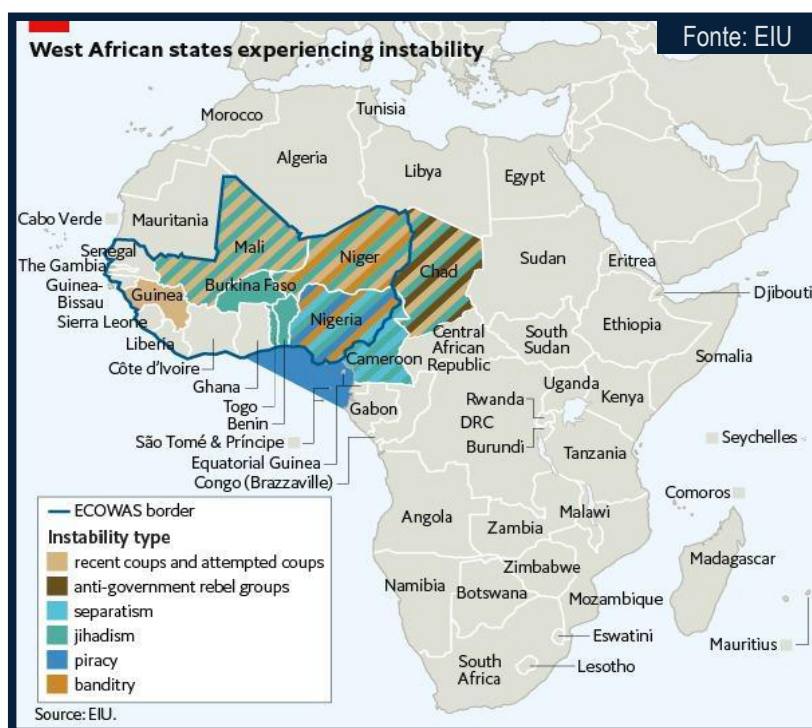
A eleição presidencial na Nigéria, ocorrida em 25 de fevereiro de 2023, influencia a configuração geopolítica da África, pois a liderança do país, tanto em abundância de recursos econômicos quanto em influência política nos assuntos africanos, delimita os processos de integração, os mecanismos de paz e segurança e o acesso de grandes potências ao continente. O fim do governo de Muhammadu Buhari transmite o compromisso com a democracia, firmado na campanha que elegeu o ex-ditador para o primeiro mandato, em 2015 (Boletim 11). Porém, questiona-se a capacidade do país em liderar novos avanços à África.

A vitória do governista Bola Tinubu sinaliza a continuidade da política externa amparada em dois pilares. Primeiro, a interdependência entre segurança regional e desenvolvimento nacional, na qual a estabilidade democrática se tornou pivô. Eleições livres e limpas na Nigéria legitimam mecanismos de integração para a paz, o livre-comércio e a democracia, especialmente na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, onde Burkina Faso, Guiné e Mali atravessam processos de transição após sucessivos golpes de Estado desde 2020 (Boletim 150). Esses atraíram a influência russa em detrimento da histórica posição francesa na região (Boletim 158). Entretanto, a Nigéria permanece envolta por conflitos domésticos com grupos separatistas no Sudeste, extremistas no Nordeste,

disputas agrárias no Centro-Norte, além de ameaças no domínio marítimo, como a pirataria e roubo armado, pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) e poluição marinha; fatores que dividem a agenda política e limitam sua projeção internacional.

Segundo, o uso dos recursos do petróleo e gás como fiadores da liderança. A efetividade democrática requer boa governança dos recursos naturais, isto é, como transformá-los em riqueza à sociedade. Com reservas de petróleo estimadas em 37 bilhões de barris, da qual depende 85% das exportações, a Nigéria apresenta baixa produtividade, em média 1,2 milhão de barris por dia — 12% menor do que em 2021, apesar da alta de 40% do Brent em 2022. A despeito da oportunidade de se projetar como um fornecedor confiável de energia, a Nigéria ainda oferece riscos a investimentos, pois as instalações existentes sofrem com roubo de petróleo em dutos e terminais, e refino ilegal; atividades que ganharam proporção com a maior lucratividade do petróleo (Boletim 172).

O futuro político na Nigéria, para além do processo eleitoral, é determinante para uma configuração autônoma da geopolítica da África. Corrigir os antigos problemas estruturais do país será indispensável para reforçar as credenciais de liderança e garantir novos avanços em matéria de integração, desenvolvimento e segurança continentais.



Escalada da violência entre Israel e Palestina: um novo episódio do conflito histórico

Amanda Marini

As tensões na Cisjordânia vêm atingindo um patamar crítico nos primeiros meses de 2023. Após violência exacerbada e ações de emprego militar que deixaram centenas de israelenses e palestinos mortos e feridos, organizações internacionais, como a ONU, e autoridades locais repreenderam o ocorrido. Ainda assim, as tensões se tornaram mais enfáticas, especialmente no que diz respeito ao emprego de força militar por parte de Tel-Aviv. Isto posto, o objetivo do presente texto é analisar como o atual cenário de ebulição do conflito israelense-palestino tem implicações regionais, principalmente em sua faceta tático-operacional.

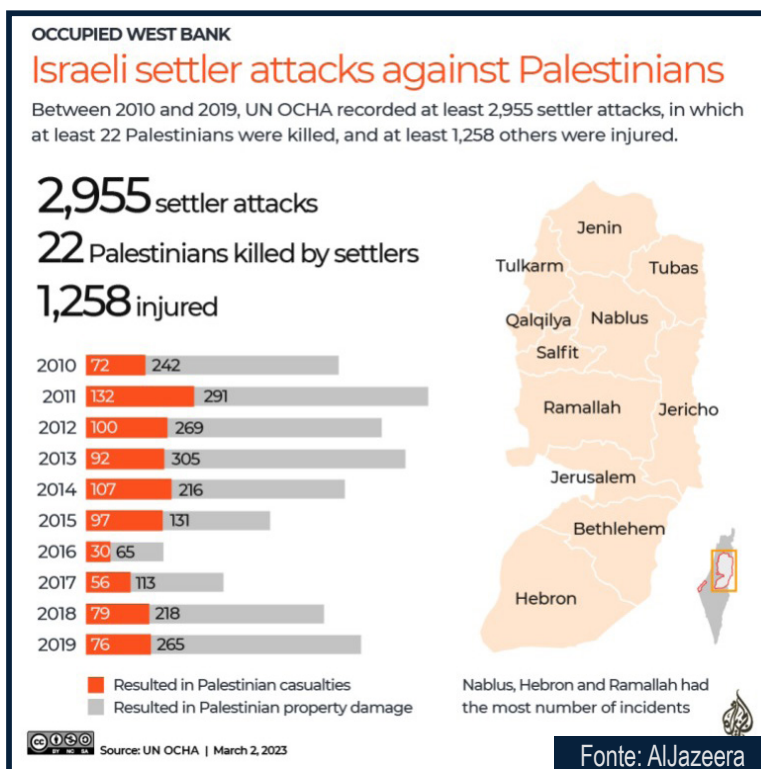
Na atual conjuntura, grupos militantes palestinos vêm realizando ataques por meio de mísseis e demais veículos aéreos não-tripulados contra alvos israelenses, tendo como propósito intimidá-los a responder, de certa forma, às agressões perpetradas pelas operações militares. Nas ações desempenhadas pelas Forças de Defesa de Israel, o aspecto aéreo vem despertando atenção, principalmente na parte tático-operacional, visto a preponderância para a segurança e integridade territorial israelense.

Não à toa, esta operação, cunhada como “*Break the Wave*”, consiste em incursões policiais e de prisão para impedir grupos manifestantes de prever mais ataques aéreos. Essas ações relacionam-se à estratégia israelense de “aparar a grama”: em outros termos, periodicamente

deteriora as capacidades dos grupos oponentes que representem potenciais riscos de se rebelar contra Israel. Com isso, busca-se a derrota da capacidade de resposta dos adversários para casos em que a dissuasão não gere o resultado previsto.

Outrossim, nesse âmbito, observa-se o papel de atores regionais e a complexidade de atores não-estatais envolvidos. Significativa parcela de grupos como Hamas, Fatah e a Autoridade Palestina, que se opõem ao regime israelense, é apoiada principalmente pelo Irã e outros grupos próximos ao governo iraniano. Essa aproximação e suporte se confirmam tanto por treinamentos quanto por envio e transferência tecnológica e bélica, com ênfase em equipamentos aéreos e de artilharia, que são empregados em estopins de tensões. Assim, é possível notar como um episódio interno impacta regionalmente, com influência de um complexo conjunto de atores regionais envolvidos.

Logo, vislumbra-se como esse conflito, um episódio militar com raízes históricas, que, de tempos em tempos, ebule em novos episódios de violência, não se esgota por completo e, além de possuir repercussões tático-operacionais para a estratégia militar israelense, também contribui para as movimentações de outros atores na região.



Os impactos do terremoto no revisionismo euroasiático

Dominique Marques

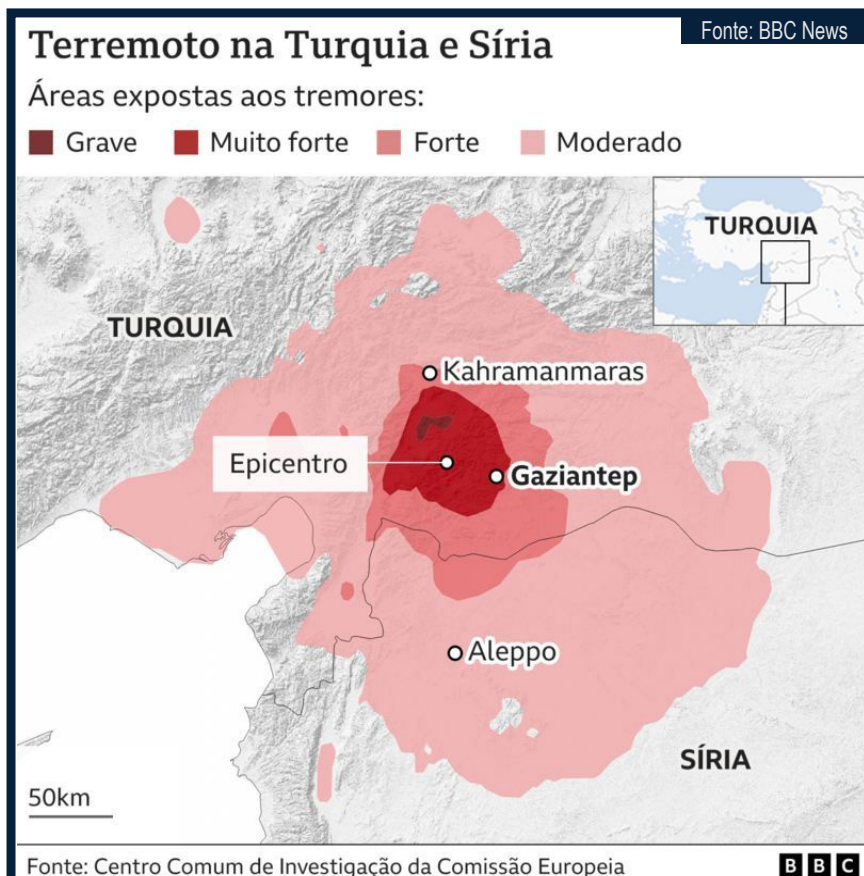
O terremoto que devastou grande parte da Turquia e da Síria em fevereiro de 2023 ocorreu em um momento crítico para o Presidente turco Recep Tayyip Erdogan e, conseqüentemente, para o futuro do país, que passa por grave crise e que terá suas eleições presidenciais em maio. Com baixa popularidade, Erdogan luta para se manter líder do governo, posição que ocupa há 20 anos. Caso deixe o posto, a dinâmica entre Rússia e Turquia pode mudar, influenciando na disputa geopolítica pela retomada do poder que vem sendo praticada por Putin e Erdogan frente à Europa e Estados Unidos (EUA) nos últimos anos. Dessa forma, como o terremoto pode influenciar o revisionismo euroasiático?

Após comprar material bélico russo, abrir um importante gasoduto com a Rússia, disputar coercitivamente com a Grécia, também membro da OTAN, os domínios no Mar Egeu e vetar a entrada de Suécia e Finlândia na Organização, Erdogan vem desgastando bastante as relações entre a Turquia e seus parceiros do Ocidente nos últimos anos, ao mesmo tempo em que se aproxima de Putin. Inclusive, pouco antes do terremoto, ambos discutiam novas movimentações militares na guerra da Síria, onde a Turquia atua em lado oposto aos Estados Unidos. Vale lembrar que os EUA apoiam os curdos, que buscam criar sua nação na fronteira com a

Turquia, que os considera uma ameaça.

Após o terremoto, rotas que haviam sido fechadas entre Síria e Turquia foram reabertas. Ao mesmo tempo em que esse evento contribuiu para um fortalecimento dessas relações, também colocou a Turquia em uma situação bastante complexa. A devastação tornará ainda mais difícil a recuperação econômica do país, que vem influenciando diretamente na popularidade do Presidente. Com a declaração de estado de emergência por três meses, Erdogan tenta aumentar seu poder, controlando possíveis manifestações e protestos, o que poderia influenciar o resultado das eleições em maio.

Dependendo da forma como o atual Presidente irá lidar com a tragédia, o cenário político pode, ainda, se voltar a seu favor. Todavia, caso um governo de oposição seja eleito, uma reaproximação com o Ocidente tende a ocorrer, enfraquecendo todo o jogo geopolítico revisionista de Putin e Erdogan dos últimos anos. Assim, este desastre natural pode servir como um catalisador para alterar completamente o jogo de disputa de influência entre Eurásia e Ocidente, redefinindo a balança de poder a favor da Europa e dos EUA e enfraquecendo a Rússia, já isolada pelo conflito na Ucrânia.



DOI 10.21544/2446-7014.n178.p10.

Tensões no Cáucaso: influências externas em meio às crises regionais

Rafael Esteves

O Cáucaso é uma sub-região que conecta dois continentes, estando também entre dois importantes mares, o Cáspio, com grandes reservas de combustíveis fósseis, e o Negro, importante para o comércio internacional. Assim, desde o colapso da União Soviética, sua localização e seus recursos naturais atraem a atenção de diversos atores externos, fato que acaba culminando em conflitos armados, como a invasão da Geórgia pela Rússia em 2008. Diante das recentes e constantes violações do cessar-fogo azeri-armênio e os grandes protestos nas cidades georgianas, é importante questionar: qual o papel das grandes potências internacionais nesses elementos de tensão regional?

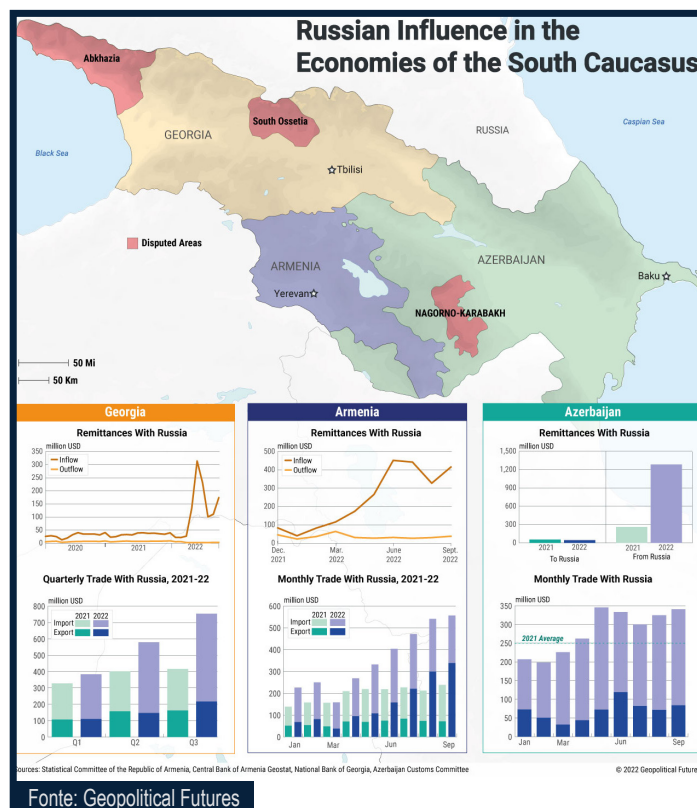
O conflito de Nagorno-Karabakh de 2020, envolvendo Armênia e Azerbaijão, evidenciou o agravamento das tensões entre ambos. Mesmo com o estabelecimento de um trégua e das novas tentativas de negociações, as violações de cessar-fogo ainda são um ponto de preocupação para o ano de 2023. Nesse sentido, fica cada vez mais explícito o envolvimento de atores extrarregionais nas conversações de paz entre ambos os beligerantes. A conjuntura atual demonstra a Rússia como o principal mediador da questão, inclusive com o envio de tropas à região, para tentar manter as hostilidades sob controle. Ao mesmo tempo, a União Europeia (UE), considerada um bloco em oposição

aos russos, tem ganhado maior protagonismo nas negociações por meio do envio de autoridades diplomáticas e de missões civis em apoio à paz.

Mais recentemente, a Geórgia sofreu com grandes manifestações contra projetos de lei vistos como “influência russa”, obrigando Tbilisi a abandonar tais medidas. No país, que já sofreu uma invasão da Rússia em 2008, vem crescendo a vertente pró-Europa, sendo evidenciada pelos protestos. Essa questão foi vista com bons olhos pela UE, uma vez que acaba minando a influência de Moscou na região.

Tais eventos demonstram que os adversários da Rússia estão se aproveitando da fragilidade do país frente aos acontecimentos na Ucrânia para aumentar a sua projeção na região. Ainda assim, é importante lembrar que Moscou segue tendo uma grande atuação e impacto sobre o Cáucaso, dada a sua proximidade geográfica, econômica e militar com os países caucasianos.

Diante da iniciativa europeia e dos protestos georgianos, há uma evidente vulnerabilidade da influência de Moscou na região, que, apesar disso, continua sendo o principal ator. Conclui-se que os eventos descritos demonstram que o Cáucaso se inseriu na disputa entre as grandes potências internacionais, com a UE ameaçando a influência russa e o Kremlin buscando mantê-la.



A suspensão do *New START* e os desafios para o controle de armas estratégicas

Pérsio Glória de Paula

A “estabilidade estratégica” foi conceito central nas relações entre a URSS e os EUA durante a Guerra Fria (1947-1991). Essas superpotências criaram uma estrutura de acordos e mecanismos para controlar quantidade e tipos de armamentos nucleares, diminuindo as chances de uma hecatombe nuclear. Entretanto, esse cenário mudou consideravelmente a partir dos anos 2000, com a corrosão dessa estrutura e o agravamento das tensões entre Rússia e EUA ([Boletim 128](#)). Nesse sentido, dado o conflito na Ucrânia, como analisar a suspensão da participação russa no Novo Tratado de Redução de Armas Estratégicas (*New START*)?

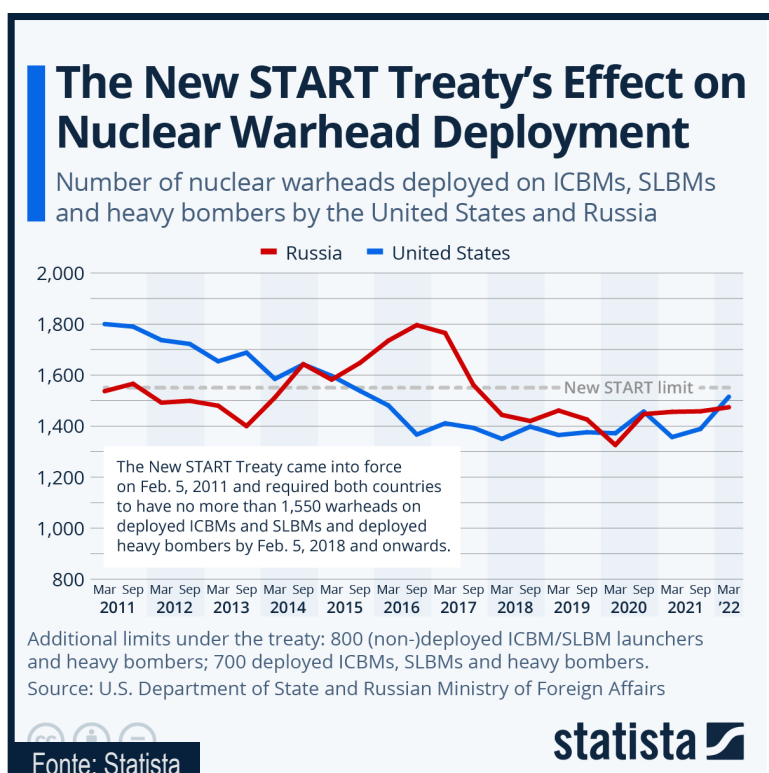
A desestruturação da “estabilidade estratégica” foi um processo iniciado em 2002, com a saída dos EUA do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos, tornando-se um ponto contencioso nas relações russo-estadunidense. Durante a administração Trump, os EUA saíram também do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário ([Boletins 84 e 99](#)) e do Tratado de Céus Abertos. Destarte, o último grande tratado sobre o controle de armas estratégicas até então vigente entre as duas potências era o *New START*, que estabelecia limites aos números de ogivas nucleares, mísseis balísticos intercontinentais e mísseis balísticos lançados de submarino para os signatários.

Com a intensificação do apoio ocidental para a Ucrânia, em fevereiro de 2023, Moscou oficializou a suspensão de sua participação no *New START*. Essa

decisão é resultado de uma escalada do conflito na Ucrânia e acompanha outras tensões recentes, como o envio de carros de combate e armamentos pesados ocidentais para Ucrânia e o possível envolvimento dos EUA na destruição do gasoduto *Nord Stream*. Entretanto, por ser direcionada aos EUA e ao bloco ocidental, a suspensão desse tratado indica um aumento dos riscos de uma nova intensificação de conflito e da própria confrontação nuclear.

Ademais, dois fatores apontam para uma necessidade de renegociação multilateral da estrutura do controle de armas. O primeiro é a existência de novos atores nucleares, como a Coreia do Norte, e de potências nucleares envolvidas em tensões geopolíticas e geoestratégicas, como China, França, Índia, Israel, Paquistão e Reino Unido. O segundo é o surgimento de novos armamentos, como mísseis hipersônicos ([Boletim 160](#)) e drones nucleares submarinos ([Boletim 117](#)), que, por seus potenciais disruptivos, podem afetar a “estabilidade estratégica”.

Assim, a suspensão do *New START* é consequência de uma escalada do conflito na Ucrânia que serve de advertência para os perigos de uma confrontação entre Rússia e potências nucleares ocidentais. Além disso, novos desenvolvimentos geopolíticos e tecnológicos globais indicam a necessidade de um redesenho multilateral na estrutura da “estabilidade estratégica”.



DOI 10.21544/2446-7014.n178.p12.

Novos esforços militares sul-coreanos e sua potencialidade regional

Maria Eduarda Parracho

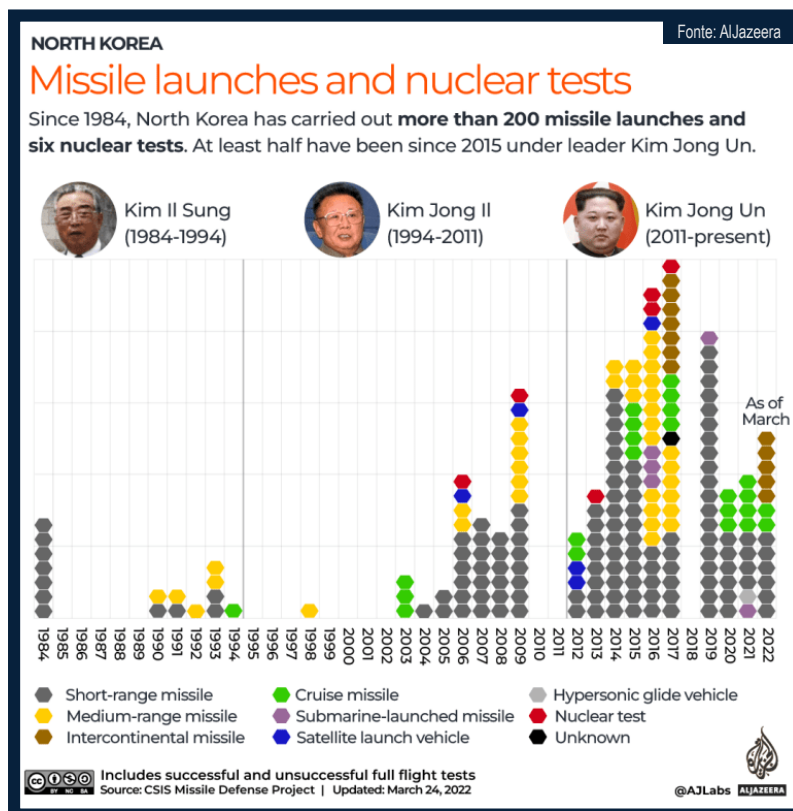
Desde os consecutivos testes de mísseis promovidos por Pyongyang em 2022, a postura sul-coreana vem se tornando mais combativa no âmbito da Defesa e algumas ações mostram que 2023 será mais um ano marcado pela deterioração das relações com o norte. Dentre elas, destacam-se: a expansão da cooperação militar com parceiros do Oriente Médio – como os Emirados Árabes Unidos –, a aproximação histórica com o Japão no âmbito diplomático; a previsão de aumento do orçamento de Defesa nacional em 6,8%, comparado ao ano passado; e, ainda, as aspirações na esfera político-militar sobre o desenvolvimento de armas nucleares. Em meio a essas novas potencialidades, questiona-se seus possíveis impactos para a crise peninsular e para o atual cenário da Ásia-Pacífico.

Para alguns estudiosos das relações entre a Península, ao colocar a desnuclearização completa como pré-requisito para o diálogo — fato que é um dos principais empecilhos para a superação da crise —, os Estados Unidos (EUA) e o Japão subestimam as capacidades norte-coreanas. Junto a isso, as sanções internacionais e os exercícios militares conjuntos dificultam a confiança e a própria sobrevivência de Pyongyang. A falta de empatia estratégica para compreender as razões da militarização do país demonstram como os atuais esforços sul-coreanos

estão suscetíveis ao fracasso em retornar à mesa de negociações com o norte.

Além das projeções para a situação inter-coreana, a movimentação político-militar de Seul contribui para a relevância internacional do país em possíveis conflitos junto aos EUA na Ásia-Pacífico. Em paralelo ao Japão, que passa por um processo de militarização semelhante, acredita-se que esses países possam ser indispensáveis para conter a China e seus interesses estratégicos, principalmente relacionado à Taiwan, onde a questão é mais sensível.

Portanto, apesar de certa imprevisibilidade da Política Externa de Pyongyang, acredita-se que a abordagem sul-coreana deve ser mais pragmática no que tange ao seu vizinho. Conforme afirmam alguns analistas, a desnuclearização da Península não deve ser um pré-requisito para a volta das negociações, mas sim seu objetivo. Além disso, no âmbito regional, a médio prazo, espera-se que Seul não utilize de sua potencialidade militar, junto a seus aliados, contra Pequim, pela sua considerável dependência econômica e diplomática do país. Entretanto, o abandono progressivo da política de neutralidade estratégica sobre a disputa China-EUA, tornaria a decisão não tão previsível.



Visita do presidente iraniano à China

Renan Guimarães Canellas de Oliveira

Em meados de fevereiro deste ano, o Presidente iraniano, Ibrahim Raisi, desembarcou em Pequim para uma visita de três dias, sua primeira ida à China desde que assumiu a presidência iraniana, em 2021. Recepcionado por Xi Jinping, a visita foi marcada pelo teor securitário, energético e infraestrutural das declarações, que incluem o programa nuclear iraniano, a indústria petrolífera e a *Belt and Road Initiative* (BRI). Assim, faz-se importante questionar quais os interesses chineses em manter essas relações.

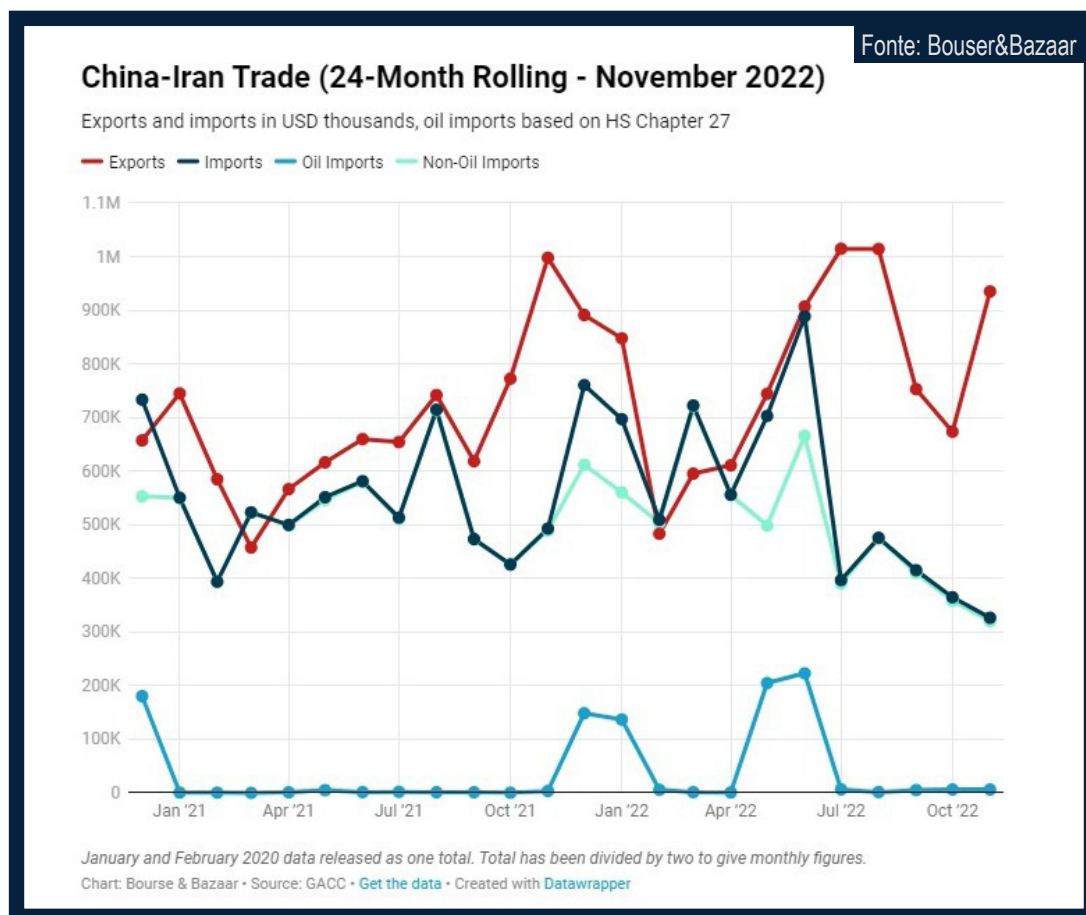
Durante a visita, Xi Jinping afirmou que a China participará de forma construtiva nas negociações para a restauração do Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA, na sigla em inglês) de 2015, que retirou as sanções econômicas impostas ao país persa. Caso revitalizado, o JCPOA poderá levar à remoção das sanções dos Estados Unidos (EUA) ao setor petrolífero iraniano, o que adicionaria aproximadamente 1,3 milhão de barris de petróleo por dia ao mercado global. Ainda diante das sanções estadunidenses, a China se coloca como uma importante parceira do mercado petrolífero de Teerã.

Mesmo que Pequim discorde das sanções ao Irã, as empresas chinesas são relutantes em desafiá-las, correndo o risco de serem cortadas do sistema financeiro dos EUA.

Diante desse quadro, o país persa possui poucas opções além da China; Pequim, contudo, não tem escassez de parceiros.

Somado a isso, o Irã é um importante aliado chinês na cooperação em infraestrutura. Para Teerã, a BRI é uma oportunidade para desenvolver sua infraestrutura; já para a China, significa a expansão de sua capacidade mercantil e uma oportunidade de controlar as principais rotas comerciais do mundo. Além disso, no início de março, Arábia Saudita e Irã reataram relações diplomáticas após o rompimento em 2016, sendo a China a principal mediadora do acordo, o que demonstra esforços chineses em se projetar como um ator capaz de promover a estabilidade da região.

Em suma, a visita de Raisi à China se mostra como uma importante aproximação dos dois países. As declarações de Xi Jinping em relação ao JCPOA oferecem um sinal de que há um desejo por parte de Pequim de que o acordo seja retomado, o que traria novas oportunidades à indústria petrolífera iraniana, bem como aumentaria a oferta de petróleo no mercado internacional. Além disso, manter boas relações com Teerã possibilita Pequim a avançar sua agenda de financiamento para infraestrutura internacional, via BRI.



India Energy Week e a crescente ascensão de uma "potência energética"

Lucas Mitidieri

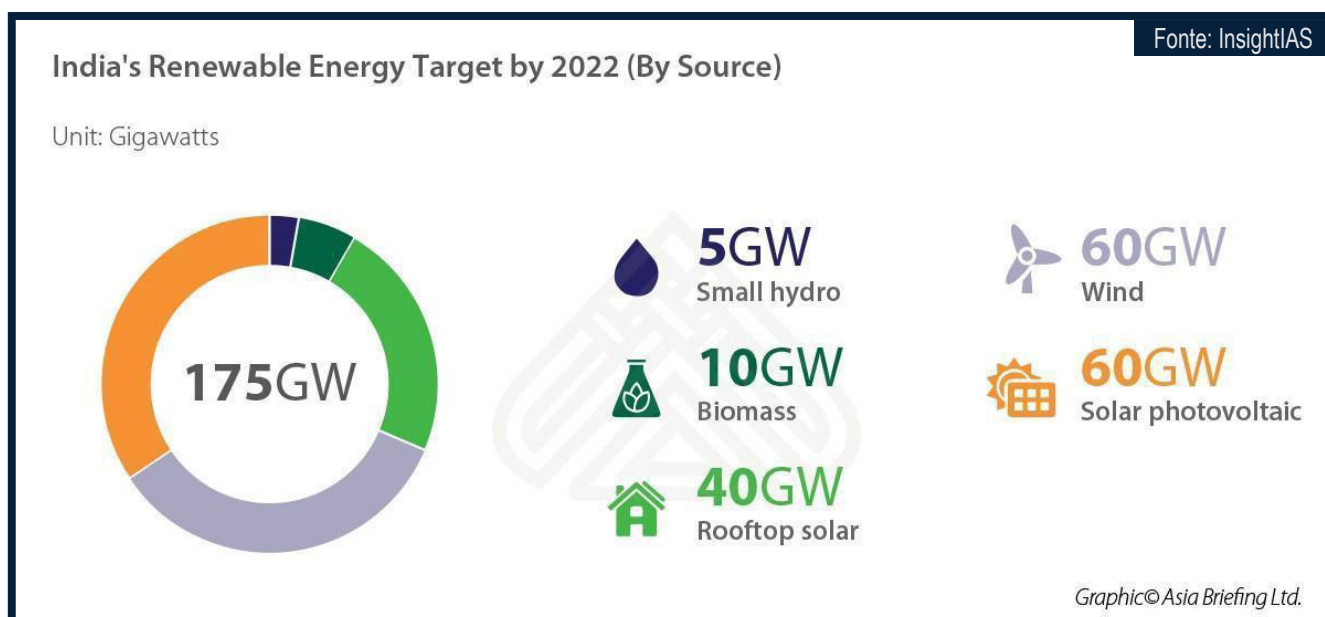
A Índia passa por um profundo processo de investimento em sua transição energética: o anseio pela independência de suas importações de petróleo e gás, aliado à sua ambição de se projetar enquanto uma potência global, impulsionam o rápido crescimento de renováveis no país. Em fevereiro de 2023, foi organizada a *India Energy Week*, evento que, com a participação do Primeiro-Ministro, Narendra Modi, reiterou a importância indiana para o desenvolvimento sustentável. A partir da iniciativa, o país dá continuidade à estratégia vigente de transformar-se em uma liderança regional através da diplomacia energética; contudo, também abre espaços para questionamentos: será esta ambição suficiente para fazer frente à liderança setorial chinesa?

Desde 2015, Nova Délhi vem exercendo uma função de liderança para o desenvolvimento sustentável; ainda, a partir do acordo que liderou na COP 21, sediada na França, foi criada a *International Solar Alliance*, organização que, segundo Modi, substituirá a OPEP no futuro em relevância geopolítica para o setor de energia. Desde então, em uma clara tentativa de aprofundar laços comerciais e políticos com países em desenvolvimento, o governo estendeu uma linha de crédito de US\$ 1,4

bilhão aos membros da aliança, assim como já alocou cerca de US\$ 2 bilhões para projetos solares em estados signatários da África.

As ambiciosas metas de transição energética da Índia são altamente motivadas pela volatilidade econômica causada pela dependência de importações de petróleo e gás. Contudo, também se fazem presentes as motivações geopolíticas por trás destes investimentos. A China é historicamente dominante no planejamento energético do Sul e do Sudeste Asiáticos através de vínculos próximos a governos regionais e empresas de energia. Entretanto, a Índia surge como novo player para a geopolítica energética: tornando-se um dos principais fornecedores de equipamentos solares para países da OCDE e do Sudeste Asiático, que buscam alterar a predominância de produtos chineses nos mercados de energia renovável.

Em suma, o contexto econômico da Índia unido à sua pretensão de influência global está produzindo grandes investimentos na transição energética e desenvolvimento sustentável. Apesar destes esforços ainda não serem suficientes para deter a predominância chinesa na região do Sul e do Sudeste Asiáticos, a posição da Índia como alternativa viável rende ao país ganhos importantes.



Rússia na Antártica: entre a autonomia e a dependência internacional

Gabriele Hernandez

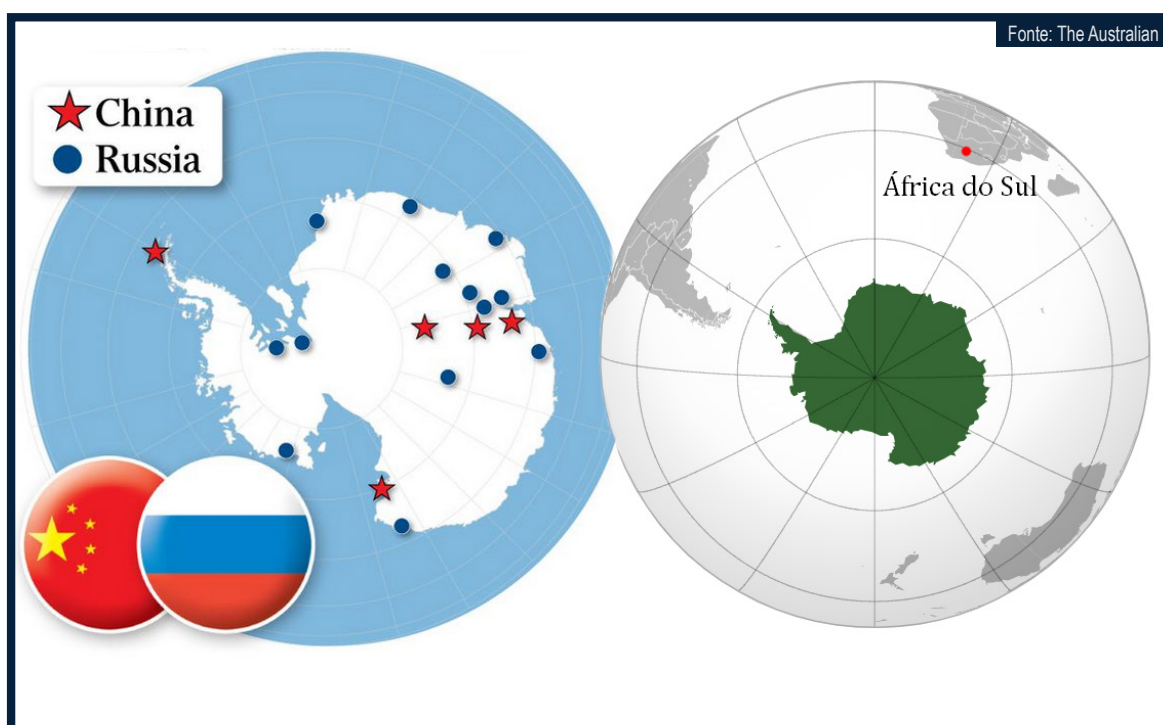
A manutenção da Antártica como um continente livre de exploração comercial após 2048 se apresenta como um cenário ainda mais turvo a cada vez que a Rússia realiza pesquisas sísmicas com vistas à prospecção mineral na região. Investigações recentes feitas pelo navio *Akademik Alexander Karpinsky* em águas do Oceano Austral foram acusadas de violar o Protocolo de Madri e ter como propósito mensurar a quantidade de minerais naquela região, com a embarcação recebida sob protestos ao atracar na Cidade do Cabo ao final de janeiro deste ano.

A África do Sul é o único país africano signatário do Tratado e possui um importante porto que dá acesso à região. Ambos os Estados possuem acordo de cooperação antártica que permite à Rússia utilizar as instalações sul-africanas para navegar em direção às suas estações antárticas, que estão próximas do país. Em novembro de 2022, Moscou inaugurou o aeródromo para aviões pesados na estação *Progress*, cujo ponto de partida fica na Cidade do Cabo. Sem isso, os russos encontrariam dificuldades para o abastecimento de navios e aeronaves, e precisariam encontrar outras rotas de acesso.

O Protocolo de Madri, em vigor desde 1998, impõe uma moratória de 50 anos na exploração mineral em todo território e águas antárticas, podendo ser renovado

ou revisto após dado período, desde que haja consenso entre as partes. Tanto o Tratado da Antártica, assinado em 1959, quanto o Protocolo, nunca foram questionados por seus signatários, porém a possibilidade de explorar uma região rica em petróleo, gás, carvão, água e vida marinha, sem população nativa, se apresenta como alternativa econômica oportuna para diversos países. Em 2021, houve uma tentativa de estabelecer um limite para a pesca de merluza-negra em águas austrais, medida vetada por Moscou; no ano seguinte, o Reino Unido permitiu que seus navios realizassem tal pesca, causando atrito com os Estados Unidos e demonstrando que a movimentação russa em direção à Antártica não é um desejo isolado do país, mas uma aspiração econômica que envolve diversos interessados no continente.

Nem mesmo as rígidas sanções sofridas com o conflito russo-ucraniano foram suficientes para frear Moscou, e, no caso antártico, é possível conjecturar que a exploração comercial da região seria ainda mais vantajosa economicamente para a Rússia e também uma possibilidade interessante para outros países. A dificuldade, porém, é a própria Antártica: o acesso depende da cooperação internacional para aqueles que se encontram distantes e a estadia no continente, sob condições adversas, está longe de ser agradável.



O desafio da Soberania na responsabilidade de ataques cibernéticos

Raquel Spiri

O avanço tecnológico e a presença cada vez mais recorrente de todos os tipos de organizações no ciberespaço vêm apresentando desafios para a soberania estatal considerando a compreensão tradicional do termo. Os ataques cibernéticos se tornaram mais presentes e, conseqüentemente, o desconforto internacional de se atribuir responsabilidade se intensifica.

Em março deste ano, a Austrália demandou que a Rússia aplique medidas duras aos cibercriminosos operando no país, afirmando que suas ações se apresentam como ameaças à segurança nacional. Essa exigência foi feita pelo Secretário do Departamento de Assuntos Internos da Austrália, Michael Pezzullo. Ele apontou que grande parte de criminosos cibernéticos atualmente, em especial os envolvidos com *ransomware*, são russos.

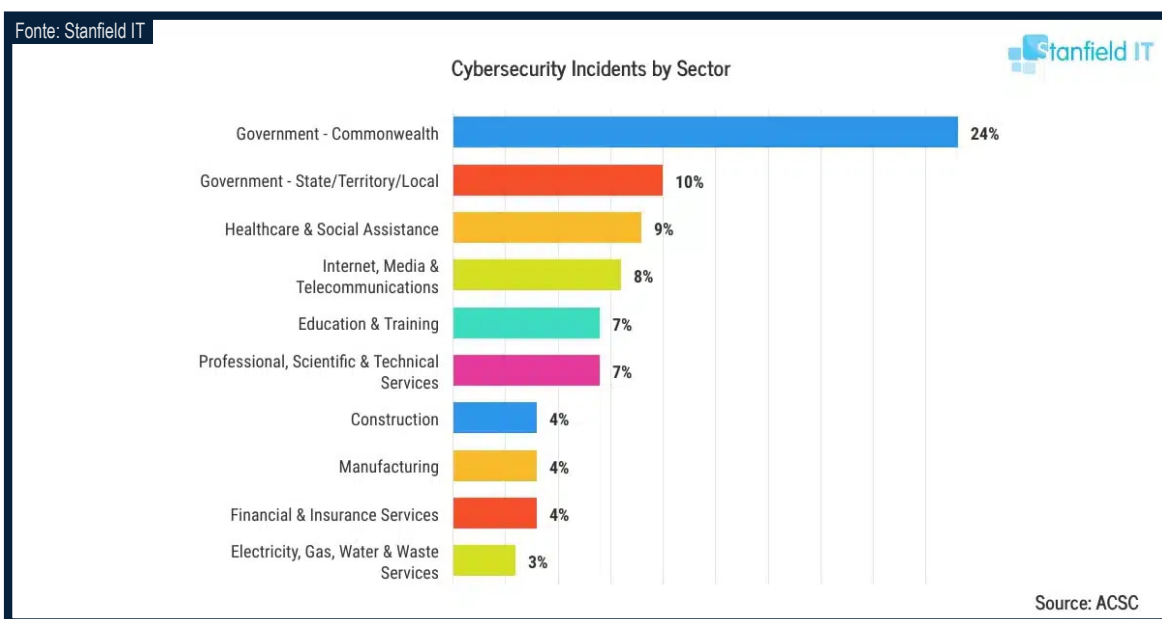
Apesar deste tipo de acusação não ser inédita, ainda é complexa e reforça a discussão de atribuição de responsabilidade em casos de ciberataques e o papel da soberania dos Estados. A Austrália foi recentemente vítima de um ciberataque em uma infraestrutura tecnológica e entendeu que este pode ter sido um ato criminoso mais isolado, um *proxy* ou até mesmo um Estado atuando diretamente, por isso a acusação à Rússia na fala do Secretário.

Em um dos esforços de adaptar a Lei de Conflitos Armados (LOAC, em inglês) para o ciberespaço, foi

criado, inicialmente em 2013, o Manual Tallinn por um grupo de acadêmicos especialistas na área. Este manual é um documento não-vinculante que versa sobre a aplicabilidade de leis em um conflito cibernético. Entretanto, não abrange, mesmo em suas versões mais recentes, todas as complexidades do ciberespaço, como apontam alguns de seus críticos, atribuindo toda a responsabilidade do ciberataque diretamente aos Estados.

A Rússia, assim como a Coreia do Norte, tornou-se alvo de acusações de ataques cibernéticos de *ransomware* e direcionados a infraestruturas críticas. A Austrália, através da fala do Secretário Pezzullo, reforça acusações que já haviam sido feitas também pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido recentemente. Entende-se que mesmo a iniciativa da Convenção de Budapeste (2001), que trata de uma possível cooperação em cibersegurança, além de não ter uma adesão expressiva internacionalmente, também é vista como pouco eficaz em suas disposições.

Ademais, alguns países ainda veem como um desafio à sua soberania a exigência mecanismos que regulem organizações que atuam no ciberespaço. Da mesma maneira, enxergar ciberataques como ameaças à segurança nacional, como apontou o Secretário australiano, pode levar a escalonamento de conflitos, mesmo no ambiente cibernético.



Com a expectativa de multiplicação das atividades econômicas exercidas no ambiente marinho, a cooperação internacional busca arquitetar regimes capazes de estabelecer um sistema de governança deste setor. Não estando a zona após 200 milhas náuticas, sujeita à soberania dos Estados, faz-se necessário que se busque através dos organismos multilaterais o compromisso com as boas práticas em atividades nas águas internacionais, na coluna d'água, e abaixo dela, na chamada Área. Para tanto, ocorreram em março de 2023 duas conferências voltadas para a preservação dos oceanos.

Enquanto transcorria, no Panamá, a conferência internacional *Our Ocean*, os 193 governos representados na ONU concluía, em Nova Iorque, a redação do Tratado do Alto Mar das Nações Unidas, uma conquista da cooperação multilateral com fins à preservação da Biodiversidade Além de Jurisdições Nacionais (BBNJ, sigla em inglês). Os debates foram conduzidos tendo como pano de fundo uma realidade na qual atividades humanas são capazes de conduzir o planeta à inabitabilidade. O crescimento do *shipping*, a expectativa de viabilidade institucional para a mineração *offshore* na Área e no leito de Zonas Econômicas Exclusivas, a pesca, a geração de energia e a utilização dos oceanos para soluções ambientais, como captura de carbono; são algumas das tendências que podem elevar os impactos antropogênicos sobre o mar.

No Panamá, compareceram 600 representantes de diferentes governos, organizações não-governamentais e empresas. O documento elaborado é composto de compromissos firmados por cada parte representada. Desta maneira, 341 metas estão em vigor para a conservação dos oceanos e, para viabilizá-las, foram assegurados cerca de US\$ 19,7 bilhões. Destes, US\$ 865 milhões foram proporcionados pela União Europeia, e US\$ 6 bilhões, pelos Estados Unidos.

Os documentos podem tornar factível o compromisso assumido na *Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework* resultante da COP 15 da Biodiversidade, ocorrida em 2022. Lá, as partes assinantes se comprometeram a buscar meios de assegurar que pelo menos 30% sejam áreas de conservação até 2030. Apesar de, para vigorar, o Tratado do Alto Mar das Nações Unidas precisar ser assinado e ratificado pelos Estados, a conclusão de sua redação encerra uma etapa iniciada há quase duas décadas.

Este cenário aponta que a política internacional para a governança dos oceanos está tomando caráter crescentemente institucionalizado. Acontecimentos como o avanço na criação de um regime para a proteção da BBNJ, a solicitação da conclusão do Código de Mineração na Autoridade Internacional dos Fundos Oceânicos ([Boletim 173](#)) e os compromissos da conferência *Our Ocean*, sugerem movimentação mais concertada e calculada de diferentes tomadores de decisão.

- ▶ [What is the UN High Seas Treaty and why is it needed?](#)
BBC NEWS, Esmé Stallard
- ▶ [How Severe Are China's Demographic Challenges?](#)
CHINA POWER
- ▶ [Judy Asks: Is Russia's War on Ukraine a Global War?](#)
CARNEGIE EUROPE, Thorsten Benner
- ▶ [AUKUS submarines will strengthen Australia's sovereignty](#)
THE STRATEGIST, Justin Bassi e Alex Bristow
- ▶ [Timeline of 2022 Ukraine Invasion: War In The Black Sea](#)
HI SUTTON

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Maria Eduarda Parracho e Taynah Pires

MARÇO

Principais eventos de 15 a 31 de Março

16-17



JAPÃO

REUNIÃO BILATERAL ENTRE OS LÍDERES DA COREIA DO SUL E DO JAPÃO

22-23



URUGUAI

REUNIÃO DA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL

22-24



ONU

UN 2023 WATER CONFERENCE

22-24



ESPANHA

SYMDEX 2023

24-25



REP. DOMINICANA

XXVIII CÚPULA IBERO-AMERICANA

26



CUBA

ELEIÇÕES PARLAMENTARES

27-30



TAILÂNDIA

ASIA-PACIFIC FORUM ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT 2023

28



CHINA

REUNIÃO BILATERAL ENTRE OS LÍDERES DO BRASIL E DA CHINA

REFERÊNCIAS

- **Intentos para a “Paz Total”: em busca do cessar-fogo na Colômbia**
[Gobierno de Colombia y ELN iniciarán nueva mesa de paz en México este lunes](#). *El Universal*, 12 fev. 2023. Acesso em: 23 fev. 2023.
QUESADA, Juan Diego. [Cambio de paso en las negociaciones de México: el Gobierno colombiano y el ELN exploran una alternativa al alto el fuego](#). *El País*, 15 fev. 2023. Acesso em: 23 fev. 2023.
 - **Cooperação Chile-EUA em Defesa e Estratégia face a desafios geopolíticos**
AZPIROZ, Iñaki Martínez; SILVA, Sebastián. ["Tren de Aragua", radiografía de una amenaza regional que recorre Sudamérica](#). *Swissinfo*, 01 fev. 2023. Acesso em: 04 fev. 2023.
GARCÍA, Nicolás. [El Senado ratifica convenio de cooperación en Defensa entre Chile y EEUU](#). *Infodefensa*, 27 jan. 2023. Acesso em: 31 jan. 2023.
 - **Os desafios na transição de poder no Haiti**
COTO, Dánica. [UN chief insists on special armed forces as Haiti spirals](#). *ABC News*, 23 jan. 2023. Acesso em: 24 fev. 2023.
[Haiti: face aux gangs, Médecins sans frontières annonce une réduction de ses activités](#). *Le Monde*, 28 jan. 2023. Acesso em 24 fev. 2023.
 - **O futuro político e a capacidade de liderança da Nigéria para a geopolítica da África**
LOPEZ-LUCIA, Elisa. [Regional powers and regional security governance: An interpretive perspective on the policies of Nigeria and Brazil](#). *International Relations*, vol. 29, n. 3, 2015, p. 348-362. Acesso em: 07 mar. 2023.
[Nigeria's weakening hegemony in West Africa](#). *Economist Intelligence*, 26 jan. 2022. Acesso em: 07 mar. 2023.
 - **Escalada da violência entre Israel e Palestina: um novo episódio do conflito histórico**
BATEMAN, Tom. [Hawara West Bank: 'What happened was horrific and barbaric'](#). *BBC*, 27 fev. 2023. Acesso em: 08 mar. 2023.
SHARIF, Osama Al. [Aqaba agreement overshadowed by spiking violence in the West Bank](#). *MEI*, 02 mar. 2023. Acesso em: 08 mar. 2023.
 - **Os impactos do terremoto no revisionismo euroasiático**
COLIBASANU, Antonia. [The Political Fallout From the Turkey Earthquake](#). *Geopolitical Futures*, 13 fev. 2023. Acesso em: 18 fev. 2023.
FRANCE PRESSE. [Oposição turca divulga programa comum para derrotar Erdogan nas eleições](#). *G1*, 30 jan. 2023. Acesso em: 18 fev. 2023.
 - **Tensões no Cáucaso: influências externas em meio às crises regionais**
DEMYTRIE, Rayhan; KIRBY, Paul. [Georgia protests: Police push protesters back from parliament](#). *BBC*, 09 mar. 2023. Acesso em: 09 mar. 2023.
POGHOSYAN, Benyamin. [EU's new observer mission in Armenia: What next?](#). *The Armenian Weekly*, 30 jan. 2023. Acesso em: 02 fev. 2023.
 - **A suspensão do New START e os desafios para o controle de armas estratégicas**
GOTTEMOELLER, Rose; BROWN JR., Marshall L. [Legal aspects of Russia's New START suspension provide opportunities for US policy makers](#). *Bulletin of the Atomic Scientists*, 02 mar. 2023. Acesso em: 10 mar. 2023.
PRESIDÊNCIA DA FEDERAÇÃO RUSSA. [Law suspending New START treaty](#). *Russia*, 28 fev. 2023. Acesso em: 10 mar. 2023.
 - **Novos esforços militares sul-coreanos e sua potencialidade regional**
AUM, Frank. MOON, Chung-in. [Incremental Denuclearization on the Korean Peninsula](#). *United State Institute of Peace*, 06 dez. 2022. Acesso em: 20 jan. 2023.
CHO, Sungmin. [South Korea would play role in a Taiwan contingency](#). *Asia Times*, 06 jan. 2023. Acesso em: 18 jan. 2022.
 - **Visita do presidente iraniano à China**
TIEZZI, Shannon. [Iran's President Visits China, Hoping to Revitalize Ties](#). *The Diplomat*, 15 fev. 2023. Acesso em: 23 fev. 2023.
[XI JINPING Holds Talks with Iranian President Ebrahim Raisi](#). *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*, 14 fev. 2023. Acesso em: 23 fev. 2023.
 - **Índia Energy Week e a crescente ascensão de uma "potência energética"**
[INDIA ENERGY Week 2023: Showcasing India's Rising Prowess as an Energy Transition Powerhouse](#). *Energetica India Magazine*, 13 fev. de 2023. Acesso em: 20 fev. 2023.
PASTUKHOVA, Maria. [The geopolitics of the energy transition in the Indo-Pacific](#). *The Strategist*, 24 fev. 2022. Acesso em: 20 fev. 2023.
 - **Rússia na Antártica: entre a autonomia e a dependência internacional**
MCVEIGH, Karen. [US accuses UK of exploiting Russia tensions to fish highly prized species](#). *The Guardian*, 24 jun. 2022. Acesso em: 11 mar. 2023.
WALTERS, Tiara. [In pictures: Russian Antarctic 'prospecting' ship's twin rolls into Cape Town](#). *Daily Maverick*, 06 mar. 2023. Acesso em: 11 mar. 2023.
 - **O desafio da soberania na responsabilidade de ataques cibernéticos**
MARGULIES, Peter. [Sovereignty and cyber attacks: technology's challenge to the law of state responsibility](#). *Melbourne Journal of International Law*, v. 14. 2013.
PAL, Alasdair; KAYE, Byron. [Australia demands Russia crack down on cyber criminals](#). *Reuters*, 07 mar. de 2023. Acesso em: 10 mar. 2023.
 - **Institucionalização e preservação do Ambiente Marinho**
ALBERTS, Elizabeth Claire. [Panama ocean conference draws \\$20 billion marine biodiversity commitments](#). *Mongabay*, 06 mar. 2023. Acesso em: 11 mar. 2023.
EINHORN, Catrin. [Nations Agree on Language for Historic Treaty to Protect Ocean Life](#). *The New York Times*, 04 mar. 2023. Acesso em: 11 mar. 2023.
- O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da

escalada de tensões. Após a seleção dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica. Como também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco.

Por: Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Conflito em Nagorno-Karabakh: [Armenia Rejects Azerbaijani Accusation Of Arms Movements To Nagorno-Karabakh](#). **Radio Free Europe**, 12 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.
- BELARUS - Tensão regional: [Belarus, Iran vow to boost ties amid Russia's Ukraine war](#). **France 24**, 13 mar. 2023. Acesso: 13 mar. 2023.
- BURKINA FASO - Instabilidade sociopolítica: [Burkina Faso : ravitaillement en vivres de la ville de Bourzanga \(Centre-Nord\) par l'Armée burkinabè](#). **Anadolu Agency**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.
- HAITI - Crise estrutural: [Haiti police pursue new suspects in presidential slaying](#). **Associated Press**, 10 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.
- IÊMEN - Crise humanitária: [Yemen's warring sides hold prisoner exchange talks in Geneva](#). **Al Jazeera**, 11 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Lebanon: Electricity Crisis Exacerbates Poverty, Inequality](#). **Human Rights Watch**, 09 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.
- MALI - Instabilidade sociopolítica: [Mali junta postpones constitutional referendum](#). **France 24**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.
- MIANMAR - Golpe militar: [Myanmar army kill more than 28 in monastery attack - insurgent group](#). **BBC News**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.
- PERU - Crise sociopolítica: [Dina Boluarte no será interrogada por la Procuraduría ni por abogados de las víctimas](#). **La República**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito Militar: [Ukraine war: Heavy losses reported as battle for Bakhmut rages](#). **BBC News**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.
- SÍRIA - Insegurança regional: [Syrian State Media: Israel Fires Missiles at Western City](#). **VOA News**, 12 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.
- SOMÁLIA - Crise estrutural: [Al Shabaab factions clash in fight for territory in Puntland](#). **The East African**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

► MÉDIO RISCO:

- ETIÓPIA - Conflitos internos: [US secretary of state to visit Ethiopia to examine progress in Tigray peace deal](#). **News 24**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

• IRÃ - Crise estrutural e regional: [Iran-Saudi deal gives Tehran an opportunity to change](#). **Arab News**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

• ISRAEL - Instabilidade política e regional: [Israel sees one of its biggest-ever protests](#). **BBC News**, 11 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

• MOÇAMBIQUE - Conflito entre governo e forças insurgentes: [Mozambique: Rwanda extradition treaty payback for fighting jihadists?](#). **The Africa Report**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

• REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Tensões regionais: [Angola to Send Forces to Conflict-Torn DR Congo](#). **The Defense Post**, 12 mar. 2023. Acesso em: 12 mar. 2023.

• VENEZUELA - Crise estrutural: [U.S. not negotiating new Venezuela prisoner swap despite appeal, say U.S. officials](#). **Reuters**, 12 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

► EM MONITORAMENTO:

• AFEGANISTÃO - Crise estrutural: [Afghanistan blast: Taliban governor killed in his office](#). **BBC News**, 10 mar. 2023. Acesso em: 10 mar. 2023.

• ÁFRICA DO SUL - Crise energética: [South Africa energy crisis likely to hit TFG Africa sales by \\$55 mln](#). **Reuters**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

• COLÔMBIA - Acordo com o ELN: [Venezuela's Maduro Is Key to Colombia's 'Total Peace'](#). **Insight Crime**, 09 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

• COREIA DO NORTE - Tensões regionais: [North Korea fires submarine missiles ahead of largest US-South Korea military drills in years](#). **CNN**, 12 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [Policía capturó a cabecilla de la MS-13 que es objetivo de la justicia de Estados Unidos](#). **Elsalvador.com**, 12 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

• EQUADOR - Instabilidade sociopolítica: [Kidnapping, extortion ramp up insecurity in Ecuador](#). **Prensa Latina**, 12 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

• EUROPA - Tensões com a Rússia: [Arms imports to Europe have risen sharply, new report finds](#). **Euronews**, 13 mar. 2023. Acesso: 13 mar. 2023.

• LÍBIA - Crise estrutural: [UN envoy to Libya calls for agreement on elections](#). **Africanews**, 12 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

• MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [Philippines, US kick off joint drills amid China concerns](#). **Reuters**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

• NICARÁGUA - Crise política: [Nicaragua Closes Vatican Embassy in Managua, Suspends Diplomatic Ties](#). **VOA News**, 12 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

• NIGÉRIA - Tensões eleitorais: [Nigeria postpones elections to choose new governors after court ruling](#). **France 24**, 09 mar. 2023. Acesso em: 10 mar. 2023.

• PAQUISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Pakistan's Imran Khan Seeks More Security at Court Hearings](#). **Bloomberg**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 fev. 2023.

• REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA - Crise humanitária: [Central African Republic: Overview of incidents affecting humanitarian workers \(January - February 2023\)](#). **Relief Web**, 08 mar. 2023. Acesso em: 10 mar. 2023.

• SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [Cruz Roja construye panteón para migrantes en la inhóspita selva de Panamá](#). **France 24**, 10 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.

- SRI LANKA - Crise estrutural: [Sri Lanka hit by strikes by trade unions against tax reforms ahead of IMF bailout deal](#). **NewsDrum**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.
- SUDÃO - Crise política: [Sudan's political, military leaders discuss appointment of civilian prime minister](#). **Sudan Tribune**, 12 mar. 2023. Acesso em: 12 mar. 2023.
- TAIWAN - Tensões China-EUA: [Xi urges China to advance tech self-reliance, Taiwan unification](#). **Nikkei Asia**, 13 mar. 2023. Acesso em: 13 mar. 2023.